

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL (Art. 176, II, da Lei 14.133/21)

PREGÃO 041/2024 LEI FEDERAL № 14.133/2021

PREÂMBULO

PROCESSO Nº	0584/2024
INTERESSADO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI (SECRETARIA
INTERESSADO.	MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)
DATA E HORÁRIO	SEGUNDA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 2024, ÀS 14:00h.
DA SESSÃO:	SEGUNDA-FEIRA, UZ DE SETEMBRO DE 2024, AS 14:00II.
	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
	PARA A AQUISIÇÃO DE ALIMENTO A BASE DE SOJA, LEITE EM PÓ E
ODIETO.	FÓRMULA INFANTIL, COM FORNECIMENTO PONTO A PONTO NOS
ОВЈЕТО:	COLÉGIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO
	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL, PELO PERÍODO
	DE 12 MESES.
CRITÉRIO DE	MENOR PREÇO GLOBAL
JULGAMENTO:	MENORT REGO GEODILE
	SALA DE LICITAÇÕES, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI,
LOCAL DA SESSÃO:	COM SEDE NA AVENIDA ADÉLIA CALEFFI GERBI, N° 15 - E. VELHA -
	ESTIVA GERBI/SP - CEP: 13.858-302, TEL: 019 3868-1111
PREGOEIRA:	TALITA FRANCIELE MACEDO
VALOR ESTIMADO:	CARATER SIGILOSO (Art. 24 da Lei 14.133/21)
AMPARO LEGAL:	A PRESENTE LICITAÇÃO É REGIDA COM BASE NA LEI 14.133/21 E
AMFARO LEGAL:	ALTERAÇÕES POSTERIORES.



ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO Nº 041/2024 (Art. 176, II, da Lei 14.133/21) PROCESSO N° 0584/2024

DATA DA REALIZAÇÃO: 02 DE SETEMBRO DE 2024

HORÁRIO: A PARTIR DAS 14:00 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE ALIMENTO A BASE DE SOJA, LEITE EM PÓ E FÓRMULA INFANTIL, COM FORNECIMENTO PONTO A PONTO NOS COLÉGIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

A Senhora CLÁUDIA BOTELHO DE OLIVEIRA DIEGUES, Prefeita Municipal de Estiva Gerbi-Estado de São Paulo, usando a competência delegada, torna público que se acha aberta nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO Nº 041/2024 do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE ALIMENTO A BASE DE SOJA, LEITE EM PÓ E FÓRMULA INFANTIL, COM FORNECIMENTO PONTO A PONTO NOS COLÉGIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. que será regida pela Lei federal nº Lei federal nº 14.133/21, com alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006 atualizada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 no que couber e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Para retirada do Edital será cobrado o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) para cobrir o custo efetivo da reprodução gráfica, sendo que o mesmo deverá ser solicitado e retirado no Paço Municipal, sito à situada à Avenida Adélia Caleffi Gerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP, o edital também poderá ser solicitado pelo e-mail licitacao@estivagerbi.sp.gov.br, com envio gratuito.

As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e seus Anexos, que dele fazem parte integrante.

Os documentos referentes ao credenciamento, os envelopes contendo as Propostas Comerciais e os Documentos de Habilitação das empresas interessadas, deverão ser entregues diretamente à(ao) Sr (a) Pregoeiro (a), no momento da abertura da sessão pública de pregão, que ocorrerá **DIA 02 DE SETEMBRO DE 2024**, **ÀS 14:00 HORAS**, na Sala de Pregões da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi, situada à Avenida Adélia Caleffi Gerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP

O licitante que não pretende credenciar representante para praticar atos presenciais, poderá encaminhar envelopes "Proposta" e" Documentação" e, em terceiro envelope, devidamente identificado (ou avulsos), a **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e a DECLARAÇÃO DE ME/EPP/MEI**, se for o caso, por correios ou diretamente na Divisão de Licitações, até o prazo e atendidas às condições estabelecidas neste edital.

A sessão será conduzida pela Sr. Pregoeira e sua equipe de apoio.

Avenida Adélia CaleffiGerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP – Fone (19) 3868-1111



ESTADO DE SÃO PAULO

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1 O pregão será regido na forma dalei federal 14.133/2021, e suas alterações posteriores, bem como sob o fundamento da Lei Complementar nº. 123/2006 atualizada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 no que couber e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
- 1.2 A utilização da forma presencial da modalidade Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176, II da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 (vinte) mil habitantes, como é o caso de Estiva Gerbi/SP, para se adequarem à forma eletrônica: (..) Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento: II da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;
- 1.3 A sessão pública será registrada em Ata, gravada em áudio e vídeo cujo arquivo será acostado ao processo administrativo, e, inserido no site oficial do Município de Estiva Gerbi.
- 1.4 O edital deste pregão segue o rito procedimental comum, a que se refere o art. 17 da Lei Federal 14.1333/2021.
- 1.5 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório doPregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (três) dias** úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
- 1.6 A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo e observada a forma que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.
- 1.7 O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

2 - DO OBJETO

- 2.1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE ALIMENTO A BASE DE SOJA, LEITE EM PÓ E FÓRMULA INFANTIL, COM FORNECIMENTO PONTO A PONTO NOS COLÉGIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, que será adquirido de acordo com a necessidade do Município, conforme especificações constantes NO ANEXO I, que faz parte integrante deste Edital.
- 2.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir facultando-se a realização específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA PARTICIPAÇÃO



ESTADO DE SÃO PAULO

- 3.1. Poderão participar desta Licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com objeto social pertinente e compatível com o certame, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.
- 3.2. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 3.3. Quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempreendedor, microempresas ou empresas de pequenoporte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, somente no caso de itens exclusivo, o Sr. Pregoeiro convocará as demais licitante(s) para participar(em)deste item, conforme art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/06.
- 3.4. Não poderão participar do presente certame a empresa:
 - I. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação doedital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploraçãode trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às deescravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislaçãotrabalhista.
 - II. Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
 - III. Estrangeira que não funcione no País;
 - IV. Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstasno Art.
 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas edanos;
 - V. Que esteja cumprindo penalidade que a impeça de participar de licitação juntoà Administração Pública;
 - VI. Que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com o município de Estiva Gerbi/SP
- 3.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original, autenticados, ou publicados em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, hora e local estipulado no preâmbulo deste edital para sessão, os interessados deverão apresentar-se e identificar-se para credenciamento perante o Pregoeiro, na sessão de licitação da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi como segue:

4.1.1- Quanto aos representantes:

- a) Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), de sociedade empresária ou cooperativa, ou empresário individual, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro empresarial na Junta Comercial; ou, tratando-se de sociedade não empresária, ato constitutivo atualizado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina juntamente com cópia da cédula de identidade ou documento equivalente, do qual constem poderes específicos para formular ofertas



ESTADO DE SÃO PAULO

e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a", também poderá ser utilizado o modelo constante no (Anexo II);

- 4.1.2 O documento de credenciamento deverá ser entregue, em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO".
- 4.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.3 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 4.5 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.
- 5 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 4.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **ANEXO III** do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs1 e 2.
- 4.1.1 A declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do **ANEXO VI** será recebida exclusivamente nesta oportunidade.
- 4.2 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta À Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi Pregão nº 041/2024 Processo nº 0584/2024 Nome da Empresa ...

Envelope nº 2 - Habilitação À Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi Pregão nº 041/2024 Processo nº 0584/2024 Nome da Empresa ...



ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.3 A proposta poderá ser elaborada conforme modelo **ANEXO IV** em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, <u>com suas páginas numeradas seqüencialmente</u>, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- 4.4 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticaço pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
- 4.5 <u>Os documentos de habilitação deverão estar numerados e identificados sequencialmente quanto aos seu item correspondente ao edital.</u>

5 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 5.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
 - b) Número do processo e do Pregão;
 - c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência e marca, do produto cotado, em conformidade com as especificações constantes do **ANEXO I**, deste Edital:
 - d) Preço unitário e total, por item, por lote, e total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
 - e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias;
 - f) Data, assinatura, nome do cargo e carimbo da empresa.
 - 5.2 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
 - 5.3 O menor preço ofertado deverá ser compatível com os preços de mercado.
- 5.4 O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, salvo disposições legais aceitas pelo Município.
- 5.5 Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, constados da data estipulada para a entrega dos envelopes.

ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.6 As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pelo pregoeiro, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida o representante da empresa, este deverá assiná-la se estiver presente na sessão.
- 5.7 Nos preços propostos estarão incluídos todos os tributos, encargos sociais etrabalhistas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargoúnica e exclusivamente da contratada.
- 5.8 O valor total da proposta será ajustado pela Sr., Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total da proposta.
- 5.9 Deverá constar na proposta ou em anexo à ela declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Os documentos relacionados acima, não precisarão constar do envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento para este pregão.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, inscrita e não inscrita, expedida pelo órgão competente;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);

 Avenida Adélia CaleffiGerbi, 15 Estiva Velha Estiva Gerbi/SP Fone (19) 3868-1111



ESTADO DE SÃO PAULO

- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, inclusive as contribuições sociais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão de Débitos **ou** Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, relativos tributos mobiliários do domicílio ou da sede da licitante, com prazos de validade em vigor;
- g) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- i) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- j) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da declaração de vencedor do certame (art. 4º, § 1º do Decreto Federal 6.204/2007), prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- a) A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da licitante, expedida com data não superior a 30 (trinta) dias;

6.1.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em **situação regular perante o Ministério do Trabalho**, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº 42.911, de 06/03/1998 **ANEXO V**;
- b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a **inexistência de impedimento legal para licitar** ou contratar com a Administração Municipal de Estiva Gerbi.

Avenida Adélia CaleffiGerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP – Fone (19) 3868-1111



ESTADO DE SÃO PAULO

c) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedida por entidade pública ou privada, comprovando o fornecimento dos bens. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato (telefone e e-mail) estando ás informações sujeitas a conferência pelo pregoeiro;

6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 6.2.1 É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo comprovante de registro cadastral (CRC), que poderá ser retirado 02 (dois) dias antes do processo licitatório, para participar de licitações junto ao Município de Estiva Gerbi/SP, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 6.1.2 a 6.1.4;
- 6.2.1.1 O registro cadastral não substitui os documentos relacionados no subitem 6.1.4, que deverão ser apresentados por todos os licitantes.
- 6.2.2 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 7.1 No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 30 minutos.
- 7.1.1 A qualquer momento o Pregoeiro poderá suspender a sessão para diligência, análises de amostras e documentos.
- 7.2 Após os respectivos credenciamentos (entrega de envelopes proposta e habilitação, serão feitas neste momento), as licitantes entregarão ao Pregoeiro as amostras, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e declaração de ME/EPP se for o caso, de acordo com o estabelecido no **ANEXOS III e VI** deste Edital e, em envelope separado, os documentos de habilitação.
- 7.3 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta ou a declaração de encerramento do credenciamento, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.4 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:



ESTADO DE SÃO PAULO

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- c) Que deixem de apresentar as exigências editalicias.
- 7.5 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 7.6 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 7.7 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
 - 7.8 Para efeito de seleção será considerado o MENOR PREÇO GLOBAL.
- 7.9 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.10 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.11 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 1.000,00 (mil reais), aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço total.
- 7.12 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8 - ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES



ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.1 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 8.1.1 O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 8.1.2 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 8.1.
- 8.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 8.1.1.
- 8.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8.1, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 8.4 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 8.1 e 8.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8.1, com vistas à redução do preço.
- 8.5 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.6 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.7 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 8.8 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
 - a) substituição e apresentação de documentos ou
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.9 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 8.10 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 8.11 Para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preços e futuros Contratos dela Oriundos, a licitante habilitada nas condições supra citada deste item 8 deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 8.12 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 6.1.4 do item 6, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de São Paulo (e-CADFOR).
- 8.13 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 8.14 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à(s) licitante(s) vencedora(s) e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação logo após a analise das amostras.
- 9.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 9.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.4.1 A partir do ato de homologação será fixado o inicio do prazo de convocação da proponente adjudicatário para Assinar a Ata de Registro de Preço, respeitada a validade de sua proposta.
- 9.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6 A Ata da sessão será feita pelo menor valor global da proposta, devendo a empresa vencedora do Certame, apresentar nova proposta adequando o valor do Lote aos itens nela descrita no prazo máximo de 02 (dias) úteis, uma vez que mesmo sendo o critério de julgamento preço por lote, os itens de cada lote terão seus preços registrados como base para contratação parcelada.
- 9.7- Para a formulação da nova proposta com o preço do Lote, os itens devem ter seus preços reduzidos na mesma proporção, sob pena de desclassificação da proposta que será conferida pelo Pregoeiro.
- 9.8- O valor do Lote só poderá ser diferente daquele adjudicado na sessão de processamento, se for menor, em hipótese alguma será aceita nova proposta com valor superior.

10 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 10.1 Os Produtos serão fornecidos parceladamente, mediante solicitação (escrita e devidamente assinada) do Secretário de Educação, ou a quem este indicar, ponto a ponto nos locais
- 10.2 O prazo para entrega dos Produtos será de no máximo 10 (dez) dias da data da solicitação de compra.
- 10.3 Sem prejuízo de haver redução ou ampliação da quantidade contratada, dentro dos limites legais, a critério do Contratante, estima-se em 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, o prazo para entrega total do objeto licitado.
- 10.4 Correrão por conta da contratada todas as despesas, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 11.1 O item(ns) registrado(s) e objeto da presente licitação, ou seja, Produtos de higiene e limpeza, no tocante ao prazo de validade não poderá ser inferior aos estabelecidos pela norma da ANVISA e aos estabelecidos no termo de referência, e serão entregues em perfeitas condições de uso, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência do contrato, sem qualquer despesa adicional.
- 11.2 Os Produtos entregues deverão ser de qualidade comprovada, na mais perfeita situação de higiene, acondicionados adequadamente e sujeitos à inspeção, respeitando as Normas da ANVISA.
- 11.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:



ESTADO DE SÃO PAULO

- a. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 11.4 Em caso de não aceitação do item objeto deste pregão, fica ao FORNECEDOR obrigada a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de 24 horas, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente sob pena de incidência nas sanções capituladas no presente instrumento convocatório.

12 - DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 – Os Produtos fornecidos pelo Contratado terão seu pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do documento fiscal (N.F). Que deverá constar o número da agência e conta corrente do fornecedor para que seja efetuado o deposito bancário, além do número do presente edital e da Ata de Registro de Preços.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.06 – Educação

02.06.03 - Divisão de Merenda Escolar

12.306 - Alimentação e Nutrição

12.306.0040 - Ensino Fundamental

12.306.0040.2.010 - Merenda Escolar

3.3.90.30 - Material de Consumo

5 - Transferências e Recursos Federais - QESE

02.06 - Educação

02.06.03 - Divisão de merenda escolar

12306 - Alimentação e Nutrição

123060040 - Ensino Fundamental

123060040.2.010000 - Merenda Escolar

3.3.90.30 - Material de Consumo

5 - Fonte de Recurso - Transferências e Recursos Federais - PNAE

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

14.1 – Os Itens - objetos deste Pregão serão registrados em Ata de Registro de Preços e contratado consoante às regras próprias do Sistema. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá o órgão licitante convocar a outra proponente classificada, ao preço do primeiro, sem prejuízo das sanções previstas.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 14.2. A proponente adjudicatária deverá comparecer para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de convocação expedida pelo Departamento de Licitações, sito na Avenida Adélia Caleffi Gerbi, 15 Estiva Velha Estiva Gerbi/SP.
- 14.3. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, ou ainda, não sendo possível a comprovação da data do recebimento, a comunicação se dará por meio de Publicação no Diário Oficial do Estado e também em jornal de grande circulação.
- 14.4. O Prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração Municipal. Não havendo decisão, a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data da convocação.
- 14.5. Para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a Administração Municipal poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade coma a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.
- 14.6. Também para assinatura do ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e para o(s) contrato(s) dela decorrente ou para retirada/recebimento da(s) Nota(s) de Empenho, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.
- 14.7. A recusa injustificada de assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou os contratos ou aceitar/retirar os instrumentos equivalentes dela decorrentes, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte do proponente adjudicatário, sujeitando-se as sanções previstas no item 15 e subitem.
- 14.8. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de 01 (um) ano a contar da sua assinatura.
- 14.9. A vigência da ATA, não se confunde com a vigência de possíveis futuros contratos que possam ser celebrados.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Estiva Gerbi pelos prazos abaixo previstos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição:
- a) não assinar a Ata de Registro de Preços ou as contratações dela decorrente (inclusive retirada da Nota de Empenho ou Documento equivalente), sem motivo justo e aceito ou deixar de manter a proposta ou lance no prazo de validade: Impedimento de contratar com a Administração por 02 (dois) anos;
- b) deixar de entregar documento de habilitação exigido para o certame: Impedimento de contratar com a Administração por 03 (três) anos;

Avenida Adélia CaleffiGerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP – Fone (19) 3868-1111



ESTADO DE SÃO PAULO

- c) apresentar documentação falsa exigida para o certame, fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: Impedimento de contratar com a Administração por 05 (cinco) anos;
- 15.2 A aplicação da penalidade capitulada no subitem não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas.
- a) Multa de 0,33 % do valor de cada contratação, por dia de atraso na entrega do produto ou não substituição caso estes não sejam recebidos, em caráter definitivo em razão de não atender a qualidade do produto;
- b) No caso de não entregar o objeto, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ficando a Adjudicatária sujeita a multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o seu valor global.
- 15.3 Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas as proponentes ficarão sujeitas, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrente de sua inadimplência, bem como arcarão com a correspondente diferença de preços verificada na nova contração, na hipótese das proponentes classificadas não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.
- 15.4 Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15.5 A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas.

16 - DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

17 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1 Homologado o resultado desta licitação, A CONTRATANTE, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumprido os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento.
- 17.1.1 Os Preços Registrados e a indicação dos respectivos fornecedores (licitantes vencedores) serão divulgados pelo Diário Oficial do Estado, Jornal de Circulação Regional e no site oficial do município **estivagerbi.sp.gov.br** ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 17.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do Objeto deste Edital, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada à beneficiária do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

ESTADO DE SÃO PAULO

17.3 - É obrigatória a assinatura da Ata de Registro de Preços pelas partes envolvidas, aplicando-se em caso de descumprimento, as sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis;

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 9°, inciso X, da Resolução CEGP-10/2002, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- 18.3 Recusas ou impossibilidades de assinatura devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 18.4- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos licitantes presentes.
- 18.5 O resultado do presente certame será divulgado no DOE;
- 18.6 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DOE;
- 18.7 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi após a assinatura da Ata de Registro de Preço, durante 05 (cinco) dias após a publicação da mesma, findos os quais serão destruídos.
- 18.8 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar disposições deste Edital.
- 18.9 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 18.10 Acolhida a petição contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 18.11 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

18.12 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de referência

Anexo II - Minuta de Credenciamento

Anexo III - Minuta de Pleno Atendimento Habilitação Prévia

Anexo IV – Modelo de Proposta

Anexo V – Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho

Anexo VI – Declaração de ME ou EPP

Avenida Adélia CaleffiGerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP – Fone (19) 3868-1111



ESTADO DE SÃO PAULO

Anexo VII - Minuta de declaração conforme marco legal.

Anexo VIII- Minuta de declaração para cargos reservas.

Anexo IX - Minuta de declração negativa de vínculo com quadro de funcionário

públicos.

Anexo X – Minuta de declaração de inexistência de fatos impeditivos para licitar.

Anexo XI – Ata de Registro de Preços

Anexo XII - Termo de ciência e notificação.

18.13 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Mogi Guaçu do Estado de São Paulo.

Estiva Gerbi, 19 de agosto de 2024

CLAUDIA BOTELHO DE OLIVEIRA DIÉGUES PREFEITA MUNICIPAL

TALITA MACEDO PREGOEIRA

ANDRE LUIZ BELLEZI SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE ALIMENTO A BASE DE SOJA, LEITE EM PÓ E FÓRMULA INFANTIL, COM FORNECIMENTO PONTO A PONTO NOS COLÉGIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

1.1 - DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

Tal contratação é de suma importância, pois visa a aquisição de ALIMENTO A BASE DE SOJA, LEITE EM PÓ E FÓRMULA INFANTIL, com fornecimento **ponto a ponto nos Colégios da Rede Municipal de Ensino**, em atendimento ao Programa de Alimentação Escolar Municipal (Complementação da Merenda Escolar), pelo período de 12 meses.

Ademais, considerando, que constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil, por disposição do artigo 3°, da Constituição Federal, a erradicação da pobreza e a promoção do bem de todos.

Considerando, que é dever do Estado a efetivação da educação mediante a garantia de, dentre outros, o atendimento ao educando por meio de programas suplementares que englobam a alimentação.

Considerando, a necessidade de desenvolver programas que busquem na boa alimentação um dos fatores de indução à permanência da criança no ambiente escolar, como base de auxílio ao aprimoramento do processo de aprendizagem.

Considerando, o que dispõe o caput parágrafo único, letra "c", do artigo 4°, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Foi criado no âmbito municipal, o "PROGRAMA ALIMENTANDO O FUTURO", destinado a todas as crianças matriculadas no Ensino Infantil, Fundamental e Especial regular da Rede Própria e entidades conveniadas de Ensino. O Programa ALIMENTANDO O FUTURO consiste na distribuição mensal, de uma cota a ser oferecido às crianças da Rede Municipal de Ensino, mediante os critérios definidos no programa.

Considerando que a base normativa de sustentação para a garantia da alimentação escolar como um direito humano está nos seguintes textos legais: Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001); Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001; Portaria Ministerial nº 251, de 03 de março de 2000; Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006; Resolução nº 32 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 10 de agosto de 2006, e alterações;



ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando que além da legislação brasileira, o artigo 4º do Código de Conduta Internacional sobre o Direito à Alimentação Adequada – CCI/DAA afirma: "O direito à alimentação adequada significa que todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade, deve ter acesso físico e econômico, a todo tempo, à alimentação adequada ou através do uso de uma base de recurso apropriada para sua obtenção de maneira que condiz com a dignidade humana".

1.2 - DA JUSTIFICATIVA PARA O CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

A contratação visa, em primeiro lugar, favorecer o interesse público, buscando o atendimento adequado das necessidades da Administração no certame, a um custo menor, preservando a isonomia e a ampla concorrência dos possíveis licitantes, dentro do modelo proposto.

Nesse sentido, cumpre esclarecer, que os lotes que compõem o Edital foram compostos de forma a favorecer a mais ampla concorrência, sem comprometer os objetivos pretendidos com a contratação, vez que possuem a mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens neles reunidos.

O agrupamento possibilita ainda uma melhor diluição dos custos logísticos dos itens no lote e, com isso, alcançaremos maior competitividade de forma a evitar que itens individuais fracassassem por serem "desinteressantes" para os licitantes, devido ao seu baixo valor.

Ressalta-se, as entregas serão efetuadas ponto a ponto nas unidades escolares, razão pela qual, é de extrema necessidade planejar adequadamente a compra pretendida, visando obter maior competitividade e uma contratação mais vantajosa para a Administração, mediante a fixação de mecanismos que favoreçam a logística de fornecimento e facilitem a elaboração da proposta pelos licitantes. Desta forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, e, ao mesmo tempo, evita-se que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores venha a, eventualmente, prejudicar a eficiência e a continuidade dos serviços prestados pela administração, que por vezes são comprometidas pelos descompassos na entrega dos produtos, resultando no não atendimento adequado do programa.

Ademais, para garantir a participação de todos os interessados, o edital permite a participação de empresas reunidas em consórcio.

Diante do exposto, entendemos que o modelo construído não contraria a legislação mencionada, considerando-se que o objeto licitado visa atender o interesse da Administração Pública, por meio de uma contratação eficiente e vantajosa; que a isonomia e a ampla concorrência entre os possíveis licitantes do certame foi resguardada; e que o agrupamento de itens dispostos em lotes está justificado pela economicidade, em decorrência, principalmente, do ganho de escala; o que não afronta, as normas e legislações que regulamentam a matéria, já que o fornecimento de forma global poderá ser feito a fim de evitar perda de economia de escala e, a redução dos gastos públicos por meio do ganho advindos dessa economia é um dos objetivos desta licitação.

1.3 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



ESTADO DE SÃO PAULO

A legislação adicional aplicável à contratação do objeto da presente licitação encontra amparo na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Municipal nº 2.700 de 10 de Fevereiro de 2006, do Decreto Municipal nº 2.794 de 13 de Fevereiro de 2006 e da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e alterações.

O objeto referenciado neste edital enquadra-se no fornecimento de bens comuns para fins do disposto no §1º do art. 1º do Decreto Municipal nº 2.794 de 13 de Fevereiro de 2006 – Pregão, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital e anexo, por meio de especificações usuais de mercado, e conforme parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002.

3- DAS QUANTIDADES

	ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT
	1.1	Fórmula infantil de seguimento, lata de 400g a 800g	KG	450
	1.2	Leite em pó integral enriquecido, saco de 1kg.	KG	15.114
LOTE	1.3	Leite em pó integral sem lactose, saco de 300g	KG	279
	1.4	Fórmula infantil para intolerantes a proteína do leite,	KG	106
		lata de 200g a 800g.		

3- DAS ESPECIFICAÇÕES

LOTE ÚNICO

1. Fórmula infantil de seguimento, lata de 400g a 800g:

Produto em pó que atende as recomendações nutricionais dos lactentes a partir do 6° até o 12° mês de vida, obtido mediante processos tecnologicamente adequados devendo ser a base de proteína do soro de leite e caseína, acrescido de óleos vegetais, vitaminas, minerais, oligoelementos e prebióticos. Não deve conter sacarose, gorduras ou óleos hidrogenados. Pode conter maltodextrina.

A fórmula infantil deve ser preparada, embalada e manipulada sob condições sanitárias adequadas, devendo, ainda, cumprir com o Código de Prática de Higiene para Fórmulas Infantis para Lactentes e de Seguimento (Codex Alimentarius CAC/RCP 21-1979) e/ou legislação específica sobre o assunto.

O produto deve ser de fácil preparo por dissolução em água potável quente ou fria apresentar fluidez característica isento de grumos.

No processo de produção poderá conter coadjuvantes de tecnologia de fabricação necessários para a adição e/ou estabilização dos nutrientes, previstos na legislação pertinente. Na adição de nutrientes essenciais, nenhuma substância nociva ou inadequada deve ser introduzida ou formada como consequência da adição de vitaminas e sais minerais, ou como consequência de processamento com o propósito de estabilização. Poderá ser adicionado de aminoácidos isolados



ESTADO DE SÃO PAULO

para melhorar o valor nutricional da fórmula. Todos os nutrientes adicionados devem ser biodisponíveis.

Características:

Organolépticas:

Aspecto: pó, não deve conter grumos ou partículas queimadas;

• Cor: branco

Odor: característico

• Sabor: característico

Físico-química:

Proteína: mínimo 11g/100g pó

Lactose: mínimo 42g/100g pó

Gorduras totais: mínimo 22 g/100g pó

Gorduras trans: ausência

• Umidade: máximo 3,5%

Ácido linoleico: mínimo 3,0g/100g pó

• Fibras: mínimo 2,8g/100g pó

• Vitamina A: mínimo 560mcg/100g pó

Vitamina C: mínimo 75mg/100g pó

• Vitamina D: mínimo 11mcg/100g pó

• Ferro: mínimo 7,5mg/100g pó

• Calcio: mínimo 550mg/100g pó

Microbiológica:

• RDC 331 de 23/12/2019 e IN 60 de 23/12/2019 - ANVISA

Microscópica:

• Areia ou cinzas insolúveis em ácido: máximo 1,5%

Prazo de validade

O produto deverá ter validade mínima de 6 meses e ter disponibilidade de 75% do prazo disponível na data da entrega.

Avenida Adélia CaleffiGerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP – Fone (19) 3868-1111



ESTADO DE SÃO PAULO

Acondicionamento e Rotulagem

O produto deve ser envasado em recipientes de um único uso, herméticos, adequados para as condições previstas de armazenamento e que confiram uma proteção apropriada contra a contaminação, com capacidade de 400 a 800g em cada embalagem primária deve conter uma colher dosadora de material atóxico próprio para contato com alimentos. Enquanto a embalagem secundária deve ser de papelão reforçada, adequada ao empilhamento e acondicionamento adequado, preservando a integridade da embalagem primária durante todo o período de armazenamento.

A rotulagem do produto deve estar de acordo com a legislação vigente.

Documentação de regulamentação técnica:

- Ficha técnica original ou cópia autenticada assinada pelo responsável técnico do fabricante;
- Laudo bromatológico emitido por laboratório oficial que comprove as características exigidas;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do fabricante;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do licitante.

2. Leite em pó integral enriquecido, saco de 1kg:

Produto de procedência nacional obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto a alimentação humana enriquecido de vitaminas e minerais mediante processos tecnologicamente adequados. Não deverá ser adicionado conservante e antioxidante. Poderá ser adicionado de lecitina de soja na condição de emulsificante em uma proporção máxima de 5g/Kg. O mix de vitaminas e minerais deve ser adicionado em atendimento aos parâmetros de enriquecimento, e compreender no mínimo as vitaminas A,C,D e minerais Ferro, e Cálcio; podendo apresentar outras vitaminas e minerais na composição que não serão consideradas como critério de avaliação. Rendimento mínimo de 40 porções de 200ml/kg.

O produto deve ser de fácil preparo por dissolução em água potável quente ou fria apresentar fluidez característica do leite instantâneo.

Características:

Organolépticas:

- Aspecto: pó, não deve conter grumos ou partículas queimadas;
- Cor: branco ou levemente amarelada
- Odor: característico



ESTADO DE SÃO PAULO

Sabor: característico

Físico-química:

Proteína: mínimo 25%

Matéria Gorda: mínimo 26%

Umidade: máximo 3,5%

• Índice de solubilidade: máximo 1,0 ml

Partículas queimadas: máxima Disco B

Lecitina: máximo 5g/kg

• Vitamina A: mínimo 30% VD/200ml reconstituído

Vitamina C: mínimo 30% VD/200ml reconstituído

Vitamina D: mínimo 30% VD/200ml reconstituído

Ferro: mínimo 30% VD/200ml reconstituído

Calcio: mínimo 30% VD/200ml reconstituído

Microbiológica:

RDC 331 de 23/12/2019 e IN 60 de 23/12/2019 - ANVISA

Microscópica:

• Areia ou cinzas insolúveis em ácido: máximo 1,5%

Prazo de validade

O produto deverá ter validade mínima de 12 meses e ter disponibilidade de 75% do prazo disponível na data da entrega.

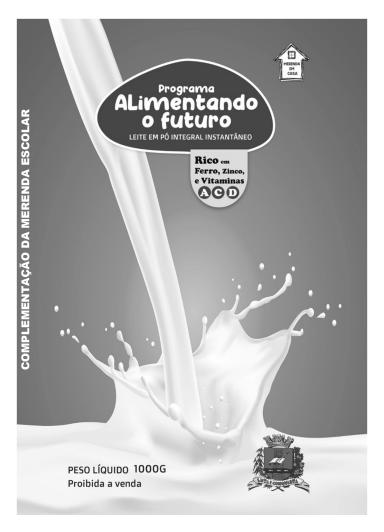
Acondicionamento e Rotulagem

O produto deve ser envasado em recipientes de um único uso, adequados para as condições previstas de armazenamento e que confiram uma proteção apropriada contra a contaminação, com capacidade para 1kg. Enquanto a embalagem secundária deve ser de papelão reforçada, adequada ao empilhamento e acondicionamento adequado, preservando a integridade da embalagem primária durante todo o período de armazenamento com capacidade para até 12kg.

A rotulagem do produto deve estar de acordo com a legislação vigente e apresentar os registros de produto e fabricante devidamente impressos na embalagem. Na embalagem primária além da rotulagem obrigatória deve trazer as inscrições de VENDA PROIBIDA – PRODUTO DESTINADO AO PROGRAMA ALIMENTANDO O FUTURO. Conforme imagem abaixo:



ESTADO DE SÃO PAULO



Documentação de regulamentação técnica:

- Ficha técnica original ou cópia autenticada assinada pelo responsável técnico do fabricante;
- Laudo bromatológico emitido por laboratório oficial que comprove as características exigidas;
- Registro do produto completo junto ao órgão competente;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do fabricante;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do licitante.

3. Leite em pó integral zero lactose, saco de 300g:

Produto de procedência nacional obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto a alimentação humana adicionado de enzima lactase mediante processos tecnologicamente adequados. Não deverá ser adicionado conservante e antioxidante. Poderá ser adicionado de lecitina de soja na condição de emulsificante em uma proporção máxima de 5g/Kg.



ESTADO DE SÃO PAULO

O produto deve ser de fácil preparo por dissolução em água potável quente ou fria apresentar fluidez característica do leite instantâneo.

Características:

Organolépticas:

Aspecto: pó, não deve conter grumos ou partículas queimadas;

• Cor: branco ou levemente amarelada

Odor: característico

Sabor: característico

Físico-química:

• Proteína: mínimo 25%

Matéria Gorda: mínimo 26%

Lactose: ausência

• Umidade: máximo 3,5%

• Índice de solubilidade: máximo 1,0 ml

Partículas queimadas: máxima Disco B

Lecitina: máximo 5g/kg

Microbiológica:

• RDC 331 de 23/12/2019 e IN 60 de 23/12/2019 - ANVISA

Microscópica:

Areia ou cinzas insolúveis em ácido: máximo 1,5%

Prazo de validade

O produto deverá ter validade mínima de 9 meses e ter disponibilidade de 75% do prazo disponível na data da entrega.

Acondicionamento e Rotulagem

O produto deve ser envasado em recipientes de um único uso, adequados para as condições previstas de armazenamento e que confiram uma proteção apropriada contra a contaminação, com capacidade de 300 a 500g. Enquanto a embalagem secundária deve ser de papelão reforçada, adequada ao empilhamento e acondicionamento adequado, preservando a integridade da embalagem primária durante todo o período de armazenamento com capacidade para até 12kg.



ESTADO DE SÃO PAULO

A rotulagem do produto deve estar de acordo com a legislação vigente e apresentar os registros de produto e fabricante devidamente impressos na embalagem.

Documentação de regulamentação técnica:

- Ficha técnica original ou cópia autenticada assinada pelo responsável técnico do fabricante;
- Laudo bromatológico emitido por laboratório oficial que comprove as características exigidas;
- Registro do produto completo junto ao órgão competente;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do fabricante;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do licitante.

4. Fórmula infantil para intolerantes a proteína do leite, lata de 200g a 800g:

Produto em pó destinado a crianças com intolerância a lactose, glúten, proteína do leite de vaca, deve ser elaborado a partir do extrato dos grãos de soja por processos tecnologicamente adequados. O produto deverá ser acrescido de vitaminas e minerais.

Deverá ser composto por extrato de soja, óleo de soja, vitaminas e minerais, maltodextrina, sal refinado, L-metionina, aromatizante, estabilizante lecitina de soja e espessante goma guar, podendo conter outros ingredientes desde que declarados e permitidos pela legislação vigente. O produto deverá ser isento de glúten, caseína e lactose. Poderão ser apresentados produtos acrescidos de aroma e baunilha. O produto não poderá ser acrescido de açúcar.

O produto deve ser de fácil preparo por dissolução em água potável quente ou fria apresentar fluidez característica.

Características:

Organolépticas:

- Aspecto: pó, não deve conter grumos ou partículas queimadas;

- Cor: branco ou levemente amarelada

- Odor: característico

- Sabor: característico

Físico-química:

• Cálcio: mínimo 800mg/100g de pó.

Lactose: ausência.Caseína: ausência.

Microbiológica:



ESTADO DE SÃO PAULO

RDC 331 DE 23/12/2019 e IN 60 de 23/12/2019 – ANVISA

Microscópica:

Areia ou cinzas insolúveis em ácido: máximo 1,5%

Prazo de validade

O produto deverá ter validade mínima de 6 meses e ter disponibilidade de 75% do prazo disponível na data da entrega.

Acondicionamento e Rotulagem

O produto deve ser envasado em recipientes de um único uso, herméticos, adequados para as condições previstas de armazenamento e que confiram uma proteção apropriada contra a contaminação, com capacidade de 200 a 800g em cada embalagem primária deve conter uma colher dosadora de material atóxico próprio para contato com alimentos. Enquanto a embalagem secundária deve ser de papelão reforçada, adequada ao empilhamento e acondicionamento adequado, preservando a integridade da embalagem primária durante todo o período de armazenamento.

A rotulagem do produto deve estar de acordo com a legislação vigente.

Documentação de regulamentação técnica:

- Ficha técnica original ou cópia autenticada assinada pelo responsável técnico do fabricante;
- Laudo bromatológico emitido por laboratório oficial que comprove as características exigidas;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do fabricante;
- Alvará de funcionamento ou Licença expedida pela autoridade sanitária do licitante.

DAS AMOSTRAS

A empresa melhor classificada deverá apresentar 01 (uma) AMOSTRA acompanhada de original ou cópia autenticada da documentação técnica de regulamentação de cada item que compõe o LOTE, conforme instruções abaixo descritas, para efeito de verificação das exigências pertinentes ao objeto do pregão.

As amostras e a documentação técnica, deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após ser declarado vencedor de cada lote/item e convocado pelo Pregoeiro, no local mencionado.

A amostras juntamente com a documentação técnica serão analisadas por Comissão Técnica instituída pela Secretaria Municipal de Educação, conforme Critérios de Avaliação constantes do Anexo I, a fim de se determinar as características de aceitabilidade, composição e qualidade.

Mediante solicitação expressa protocolada juntamente com apresentação das amostras e documentação técnica, o prazo para apresentação apenas do laudo bromatológico poderá ser prorrogado por igual período de 05 (cinco) dias úteis.

As amostras e a documentação técnica deverão ser apresentadas juntamente com 2 (duas) vias do Atestado de Entrega de Amostras devidamente preenchido com descriminação das amostras e documentos entregues com a indicação do número do item e da marca/fabricante do produto ofertado na licitação.

Caso as amostras sejam reprovadas, a proposta e/ou o lote da licitante será declarado desclassificado em face ao desatendimento das especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital, sendo convocada próxima melhor classificada para que envie a documentação e suas amostras, conforme definido neste edital.



ESTADO DE SÃO PAULO

A licitante que não apresentar amostra ou apresentá-la em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência, terá sua proposta desclassificada e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento.

<u>DA ENTREGA PONTO A PONTO:</u> Os endereços de entrega dos produtos serão **enviados no momento da solicitação de compra**, pela qual deverá ser <u>seguido os endereços constantes nesta solicitação</u>. Ademais consta abaixo a relação de todos os endereços das unidades de ensino do Município.

ESCOLAS MUNICIPAIS - Estiva Gerbi - SP

Nome da Escola	Logradouro	Número	Bairro
EMEI "Pedro de Oliveira Santos"	Rua: Ângelo Zanco	395	Centro
EMEI "Maria de Lourdes Santos Abreu"	Rua: Joaquim Algusto da Silva	290	Jardim Taguá
EMEI " Neide Aparecida Monteiro Correa Alves"	Rua: Emilio Salvi	21	Jardim Furlan
CEI "Camillo Ferrari"	Rua: José Galis	100	Jardim Anhumas
CEI "Maria Pigozzi Mendes"	Rua: Emilio Salvi	21	Jardim Furlan
CEI "Ernst Mahle"	Rua: Benedito Firmino de Oliveira	175	Jardim Tagua
EMEB "Carlos Natal Diegues"	Av. Mario Zara	80	Estiva Velha
EMEF "Evaldo José Zenari"	Rua: Ângelo Zanco	1302	Jardim Tagua II
EMEB "Rosa Elisa Correa"	Rua: José Rodrigues dos Santos	271	Jardim São José
EMEF "Adélia Caleffi Gerbi"	Rua: José Vaz de Lima	360	Nova Estiva

PRAZO DE ENTREGA: Em até 10 dias, após a solicitação de compra (envio do empenho).



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II - MINUTA DE CREDENCIAMENTO

D	~ .		
Preg		:	
Proc	cesso	:	
Obje	eto	:	
Α	(nome d	o licitante)	, por seu representante legal (doc.anexo), inscrita no CNPJ
sob			credencia como seu representante o(a) Sr.(a)
pode	-		, para participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe mulação de propostas, e a prática de todos os demais atos
-	-	-	ica de julgamento.
Data	l	_	
(nor	ne do licitanto	e e representant	re legal)



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III - MINUTA DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

(nome do licitante e representante legal)

Pregão	:							
Processo	:							
Objeto	:							
	A	(nome	do licit	ante)	, por	seu r	epresentant	e legal
(doc.anexo), i								
fins de direito		-					-	
do edital em e	epígrafe.	•	•		,			
	Sendo	expressão	da verdad	e, subscrev	o-me.			
Data								



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

Nome da Ei	mpresa:						nº Pág
CNPJ:							
Processo no	<u> </u>						
Pregão nº _	/						
Descrição d	lo Objeto:						
TEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE.	UNID	PREÇO JNIT.	,	
01	11111	XXXXX	000	ZZ	0	0	
02	22222	SSSSSS	000	YYY	0	0	
Prazo de va Condições o Prazo de en	OBAL R\$0,000 alidade da propo de Pagamento ntrega - SP, de	stad	ias.				
Assinatura Nome Cargo Carimbo da	Empresa	•					



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório, na Modalidade Pregão (presencial) nº/, da Prefeitura do Município de Estiva Gerbi/SP, declaro sob as penas da lei que a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.
Local e Data.
Nome, RG e Assinatura do representante legal.



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Doglaro, gob a nona da Lai, gor	n projuízo dos sons	ãos o multas provistas
Declaro, sob a pena da Lei, sen neste ato convocatório, que a empresa	- 1	-
ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enqueno 123 de 14 de dezembro de 2006, cujo os termos portanto, a exercer o direito de preferência como licitatório do pregão presencial nº/, realizado – SP.	uadramento previsto declaro conhecer na o critério de desem	o na Lei complementar a integra, estando apta, pate no procedimento
Estiva Gerbi, dede 20		
Assinatura do representante legal. RG.: Nome:		



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

EDITAL DE PREGÃO №

PROCESSO Nº

OBJETO Nº

Nome completo:	RG nº:
CPF nº:	DECLARO, sob as penas da
Lei, que o licitante (nome e	mpresarial), interessado em
participar da Concorrência nº/, Processo nº	/, especialmente o
artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que: a) a propo	sta apresentada foi elaborada
de maneira independente e o seu conteúdo não foi, r	o todo ou em parte, direta ou
indiretamente, informado ou discutido com qualquer	outro licitante ou interessado,
em potencial ou de fato, no presente procedimento	licitatório; b) a intenção de
apresentar a proposta não foi informada ou discutida	a com qualquer outro licitante
ou interessado, em potencial ou de fato, no presente	procedimento licitatório; c) o
licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualc	uer pessoa, influir na decisão
de qualquer outro licitante ou interessado, em pote	ncial ou de fato, no presente
procedimento licitatório; d) o conteúdo da proposta	apresentada não será, no todo
ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou	discutido com qualquer outro
licitante ou interessado, em potencial ou de fato	, no presente procedimento
licitatório antes da adjudicação do objeto; e) o conte	údo da proposta apresentada
não foi, no todo ou em parte, informado, discuti	do ou recebido de qualquer
integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao ór	gão licitante antes da abertura
oficial das propostas; e f) o representante legal do lic	itante está plenamente ciente
do teor e da extensão desta declaração e que detém	plenos poderes e informações
para firmá-la. DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica	que represento conduz seus
negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a pra	ítica de quaisquer outros atos
lesivos à Administração Pública, nacional ou estrar	ngeira, em atendimento à Lei



ESTADO DE SÃO PAULO

Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como: I prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV – no tocante a licitações e contratos: a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respectivos instrumentos contratuais; ou g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(local e data)
(nome completo e assinatura do representante legal da empresa)

Avenida Adélia CaleffiGerbi, 15 – Estiva Velha – Estiva Gerbi/SP – Fone (19) 3868-1111



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIA DE RESERVA DE CARGOS

EDITAL DE PREGÃO №	
PROCESSO Nº	
OBJETO №	
Nome completo:	RG nº:
CPF nº:	DECLARO, sob as penas da
Lei, que o licitante	(nome empresarial), interessado em
participar da Concorrência nº/, Proce	esso n $^{ exttt{o}}$ /, da cumprimento das
exigências de reserva de cargos para pess	oa com deficiência e para reabilitado da
Previdência Social, previstas em lei e em ou	utras normas específicas.
(local e	data)
(nome completo e assinatura do r	enrecentante legal da empresa)



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO

EDITAL DE PREGÃO №
PROCESSO №
OBJETO №
A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.
estabelecida na cidade de, Estado de,
elefone n, por meio de seu representante legal (procuração anexa), Sr
a), portador da Carteira de Identidade
n, expedida pela, , declara que não possui, em seu
quadro funcional e composição societária, agente público pertencente à entidade
contratante, e que não possui parentes em linha reta ou colateral, por
consanguinidade ou afinidade até 3° grau, e/ou não possui cônjuge ou
companheiro(a) servidor da entidade contratante, de ocupante de cargo em
comissão ou função de confiança e que exerça suas funções na área responsável pela
presente demanda ou contratação.
(local e data)
(nome completo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO X - MODELO DE DECLATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGAO Nº
PROCESSO №
ОВЈЕТО:
<u>DECLARAÇÃO</u>
Declaramos, para efeito de participação no processo licitatório pertinente a Concorrência n° da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi, e conforme exigência da Lei n° 14.133/21, que a empresa, (razão social e CNPJ) está apta a participar do certame, inexistindo fato impeditivo, ciente de declarar ocorrências posteriores.
A presente declaração é feita sob as penas da Lei.
(local e data)
(nome completo e assinatura do representante legal da empresa)



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO XI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS №._ PREGÃO PRESENCIAL №.

	Α	PREFEI'	ГUR	A MU	NICIP.	AL DE	ESTIVA	GERB!	I, Estado	de São	Paulo,	Ent	idade do
Direito P	úblico	o, com se	de n	a Av.	Adélia	Calef	fi Gerbi, 1	5, Esti	va Velha	, regula	arment	e in	scrita no
CNPJ sob	o nº	67.168.8	356/	0001	-41, ne	ste at	o represe	ntada	pela Pre	feita M	unicipa	ıl, a	Senhora
CLÁUDIA	ВОТ	ELHO D	E OI	LIVEI	RA DI	EGUE	S , brasilei	ira, poi	rtadora d	do RG/S	SP nº 23	1.12	21.926-5
inscrita n	o CPI	F/MF so	b o n	ıº 168	3.379.0	38-37	, resolve	e, em fa	ice das p	ropost	as apre	sen	itadas no
Pregão P	resen	cial nº	/	, CON	ISTITU	J <mark>IÇÃO</mark>	REGIST	RO DE	PREÇO	S VISA	NDO	C	onforme
descrito	no	Anexo	I,	do	Edital	de	Pregão	Pres	encial	nº,	/, d	la	licitante
				_, ins	crita n	o CNP	J sob o n	⁰			_, com	sed	e na Rua
		nº	,	Cic	lade	de			Estado	do			
CEP			nº.					nes	ste	ato	r	epr	esentada
por,					p	ortad	or do R	G nº.			,exj	ped	ido pela
	_, ins	crita no	CPF	sob o	nº								

CLÁUSULA I - DO OBJETO.

- **1.1** A presente licitação tem por objeto proceder o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO produtos estes que serão adquiridos ao longo de 12 (doze) meses conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, bem como da proposta da Licitante descrita no preâmbulo desta Ata.
- 1.2 Fica registrado para o (s) item (s) abaixo especificado (s) o (s) seguinte (s) preço (s):

MATERIAL DE CONSUMO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VLR.UNIT	VLR TOTAL
XX	XXXXX	XX	XX	XX	XX	XX

PARÁGRAFO ÚNICO: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

CLÁUSULA II - DAS OBRIGAÇÕES DO (S) LICITANTE (S) REGISTRADO (S).

- **2.1** São obrigações do Licitante REGISTRADO, entre outras:
- **2.2** assinar o contrato de fornecimento com a Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação formal.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **2.3** entregar os produtos de acordo com as solicitações da Prefeitura e em conformidade com o edital.
- **2.4** providenciar a imediata substituição dos itens por irregularidades constatadas pelo responsável pela Prefeitura na forma de fornecimento dos produtos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.
- **2.5** reapresentar sempre, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo (s) documento (s) que comprove (m) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- **2.6** prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.
- **2.7** até o encerramento das obrigações, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões sobre o valor inicial atualizado do Contrato. Nas supressões, esse limite poderá ser excedido, desde que resulte de acordo celebrado entre a CONTRATADA.
- **2.8** ressarcir os eventuais prejuízos causados a CONTRATANTE, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente A.R.P.
- **2.9** responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, a Contratante e os Órgãos Participantes isentos de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.
- **2.10** pagar, pontualmente, os fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente Ata, exonerando a Contratante de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA DESTA A.R.P.

3.1 - O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA IV - DO REGISTRO DOS PREÇOS.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **4.1** Ao preço do primeiro colocado no item, poderão ser registrados tantos fornecedores quantos sejam necessários, obedecida a ordem de classificação, para que se complete a quantidade estimada para o item;
- **4.2** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e autorização da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi;

PARÁGRAFO ÚNICO: As contratações adicionais previstas nesta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- **5.1** São obrigações da Contratante, entre outras:
- **5.2** gerenciar esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;
- **5.3** observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- **5.4** acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;
- **5.5** publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial, durante a vigência da presente Ata.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO.

- **6.1** Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, a Contratante e/ou órgãos participantes poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento da (s) detentora (s), obedecida a ordem de classificação das propostas e preço registrado.
- **6.2** O Registro de Preços efetuado não obriga a Administração a firmar a (s) contratação (ões) nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **6.3** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes e pelo gerenciador, mediante a assinatura de contrato.
- 6.4-A Contratante poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO À CONTRATADA.

- **7.1** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos produtos o valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue, podendo ocorrer em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e documento fiscal e conferência das quantidades solicitadas pelo Município;
- **7.2** O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da CONTRATADA mediante apresentação do documento fiscal, juntamente com os documentos pertinentes.
- § 1º: O documento fiscal deverá ser emitido em 02 (duas) vias, no mínimo, e estar acompanhado dos seguintes documentos:
- § 2º: O documento fiscal não aprovado pela Administração será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar novos prazos previstos nesta Cláusula, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação pela Administração.
- § 3º: Ocorrendo antecipação do pagamento, mediante solicitação da CONTRATADA, que poderá ser aceita ou não pela Administração, será deduzido do valor total o equivalente a 5% (cinco por cento) a título de desconto.

CLÁUSULA VIII - DAS ALTERAÇÕES DA ATA.

- 8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, nos seguintes casos;
- § 1º: o (s) preço (s) registrado (s) poderá (ao) ser revisto (s) em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as negociações junto aos fornecedores registrados.
- § 2º: Quando o (s) preço (s) registrado (s), por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Contratante deverá;
- I convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;



ESTADO DE SÃO PAULO

- II frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e
- III convocar os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação;
- § 3º: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:
- I liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação da (s) penalidade (s) prevista (s) nesta Ata e no Edital, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- II Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos produtos;
- III convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;
- **§ 4º**: A Contratante revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.
- **8.2** O Registro de Preço(s) do fornecedor registrado será cancelado quando:
- I houver interesse público, devidamente fundamentado;
- II o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- **III** o fornecedor não assinar o contrato no prazo determinado neste Edital, sem justificativa aceita pela Contratante;
- IV se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;
- **V** o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado; ou ainda
- **VI** por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta A.R.P., tendo em vista fato superveniente e aceito pela Contratante.
- **PARÁGRAFO ÚNICO**: Nas hipóteses previstas em a Contratante poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Contratante.



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES.

- **9.1** Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- I advertência;
- II multa de:
- **a)** 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de atraso, limitado a 3 (três) dias;
- **b)** 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da nota de empenho, quando ocorrer recusa injustificada para retirá-la dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- **c)** 10,0% (dez por cento) sobre o valor contratado depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso, caracterizando-se, portanto, o descumprimento da obrigação assumida;
- III suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi - SP, pelo prazo de até dois anos;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **9.2** A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
- I descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a Contratante;
- II execução insatisfatória ou inexecução da entrega dos produtos, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- III pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos na distribuição dos produtos da Contratante.
- **9.3** Decorridos 3 (três) dias de atraso na entrega, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista no inciso II do item 9.1 ou no item 9.2, poderá a Contratante optar pela rescisão do Contrato.

ESTADO DE SÃO PAULO

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas a que se referem o inciso II do item 9.1 alíneas a, b, e c, não impedem que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato ou cancele o Registro de preço do fornecedor e, ainda aplique as outras sanções previstas no item 9.1, em seus incisos I, III e IV, facultada a defesa prévia da PROMITENTE e/ou CONTRATADA, no respectivo processo.

- **9.4** As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante.
- § 1º: Inexistindo pagamento devido pela CONTRATANTE, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da multa.
- § 2º: Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a Contratante poderá valerse do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.
- **9.5** A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Estiva Gerbi será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo da CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Contratante ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

PARÁGRAFO ÚNICO: A penalidade prevista neste item, é de competência exclusiva da Contratante, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS.

10.1 - As omissões desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e as dúvidas oriundas de sua
interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital de Pregão Presencial nº.
/ e a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as
disposições do Edital sobre as da proposta.
10.2 - O presente registro decorre de adjudicação à PROMITENTE CONTRATADA do

objeto______, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, conforme decisão do Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi, lavrada em Ata, de _/_, e Homologação pela Prefeita Municipal em _/_.



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO XII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTI	RATANTE:
CONTI	RATADO:
	RATO № (DE ORIGEM):
	0:
Pelo p	resente TERMO, nós, abaixo identificados:
1.	Estamos CIENTES de que:
a)	o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de
sua ex	ecução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de
Contas	s do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema
eletrô	nico;
b)	poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das
	estações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento
no Sis	stema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na
Resolu	ıção nº 01/2011 do TCESP;
c)	além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões
•	erem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no
	Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas
	ado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº
	e 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos
•	ssuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
	nformações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no
	o eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos
_	tos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de
	zação Cadastral" anexa (s);
-	de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre
atualiz	zados.
2.	Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a)	O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e
conse	quente publicação;
	Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e
regime	entais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCA	L e DATA:
	RIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome	
_	<u></u>
	ONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
	<u>INSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:</u>
DISF E	MISA/ INEAIGIDILIDADE DE LIGITAÇAU.

Nome: ____



ESTADO DE SÃO PAULO

Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:	
<u>Pelo contratante</u> :	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
<u>Pela contratada</u> :	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
<u>ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE</u>	<u>2</u> :
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
ASSINATURA:	